

Carta de Porto Alegre

“Atuar para construir Tribunais de Contas a Serviço da Cidadania”

O Brasil vive um momento especial. A democracia sobreviveu, depois de ameaçada e agredida. Sem democracia não há controle.

No processo de “reconstrução do País” buscamos reconstruir o movimento sindical, duramente atacado e destruído materialmente no curso dos últimos anos.

Entendemos que é importante retomarmos a unidade de organização da nossa Federação, colocando sob uma só entidade todas as organizações sindicais e associativas dos Tribunais de Contas do Brasil. Temos envidado esforços nesse sentido. Seguiremos nessa estrada.

A FENASTC existe e trabalha há trinta e um anos. Somos conhecidos e reconhecidos pelo engajamento e pelo que realizamos. No Brasil, nossa categoria de Servidores de Controle é pequena (e insuficiente, no comparativo com os Países centrais). No entanto, nosso conhecimento, nossa qualidade humana e técnica e nosso compromisso com a coisa pública nos faz grandes e respeitados. Durante todo tempo fazemos política sindical (e atuamos sobre a institucionalidade) nos Tribunais e fora destes.

Nos posicionamos nos grandes temas nacionais. Defendemos a construção de um País onde tenhamos orgulho de viver e orgulho dos Serviços Públicos. Defendemos a superação das desigualdades historicamente construídas.

Precisamos reabrir a luta sobre prevenção e combate à corrupção, chamando a sociedade para construir o controle social sobre o Estado, conhecendo e participando do debate público sobre receitas, despesas e qualidade da prestação do Serviço Público.

Mas, sobretudo, precisamos discutir os rumos da nação e o papel que ela pode ocupar na economia-mundo. Na atual quadra histórica, fica muito claro que não há nada predestinado. Há um conjunto de iniciativas que podemos adotar para dar um salto de qualidade na nossa sociedade, de forma a torná-la mais inclusiva e avançada do ponto de vista econômico, social e ecológico.

Retomar o domínio sobre o setor financeiro e colocá-lo à serviço de um projeto de nação mais igualitária e desenvolvimentista é essencial. As finanças não são um fim em si mesmas e devem servir de alavanca para esse salto da qualidade humana.

A concentração escandalosa de riqueza e renda – que determina a miséria para boa parte da população – impede o desenvolvimento e põe em risco a democracia.



Toda nação que alcançou um grau superior de desenvolvimento deu grande atenção ao setor industrial. Precisamos reabilitar o peso da indústria no PIB Nacional. Sem isso seremos recolocados a cumprir o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos com baixo grau de conteúdo tecnológico nas cadeias globais de valor.

A perda de dinamismo na nossa indústria acaba por erodir nossas receitas e a própria capacidade prestacional do estado. O resultado da “reversão neocolonial” na economia tem sido a reversão nos direitos sociais (teto de gastos, deforma da previdência, desconstrução de direitos trabalhistas, entre outras).

Vivemos um ataque constante às Entidades Sindicais e Associativas e ao Estado. Seja de fora, como da imprensa e do empresariado, o que repercute nos Parlamentos. Seja internamente, onde alguns setores têm uma incompreensão sobre a questão sindical – e a luta por direitos – principalmente daqueles impregnados com a falsa ideia “de que seremos reconhecidos como técnicos”, menosprezando o mundo político (Governos, Parlamentos e opinião pública), a organicidade e história das lutas dos Servidores.

O sistema de controle externo e suas entidades sindicais e associativas têm que estar atentos a esses problemas e serem pilar institucional que contribua para as respostas adequadas aos desafios apresentados por nosso tempo.

Para tanto, precisamos, sem pretensão de esgotar as tarefas:

- 1) Organizar os Tribunais de Contas de forma a garantir a Independência da Função de Auditoria, reconhecendo as principais funções: os julgadores e pareceristas – Ministros/Conselheiros e seus substitutos; fiscais da legalidade processual e defesa do erário – consubstanciado nos Procuradores de Contas e os responsáveis pela auditoria – os Auditores de Controle Externo e os Servidores da área finalística que precisam ter essa condição reconhecida e estruturada. Esse é o verdadeiro caminho que a FENASTC tem defendido rumo à modernidade, na construção do Sistema de Controle Externo Brasileiro;
- 2) Ajudar a quebrar o tabu da austeridade fiscal e do equívoco no entendimento dessa como sinônimo de responsabilidade fiscal. Definir o papel do Estado como garantidor da infraestrutura e regulação necessárias ao desenvolvimento;
- 3) Contribuir para a crítica à formação das dívidas públicas que crescem por mecanismos financeiros e sem contrapartida em investimentos, determinando prioridade às despesas financeiras nos orçamentos públicos e comprometendo os maiores Estados, em grave ameaça ao federalismo;
- 4) Atuar para reduzir as escandalosas taxas de juros, que comprometem o Estado, as empresas e as famílias;
- 5) Firmar a consigna de que o “orçamento ter que estar submetido à Constituição” e se legitima quando assegura o cumprimento dos direitos fundamentais e o desenvolvimento das qualidades do povo brasileiro;
- 6) Fiscalizar atentamente o cumprimento das contrapartidas decorrentes dos subsídios fiscais concedidos;



- 7) Avaliar a qualidade das políticas públicas executadas;
- 8) Seguir auditando (com ênfase no controle concomitante) as receitas e despesas públicas e sua adequação aos marcos legais vigentes e avaliar a resultante das políticas desenvolvidas, conferindo transparência. A referência é a cidadania;
- 9) Orientar os gestores para o bom andamento da administração pública;
- 10) Manter viva a Campanha Conselheiro Cidadão;
- 11) Retomar a unidade de organização da nossa Federação, colocando sob uma só entidade todas as organizações sindicais e associativas dos Tribunais de Contas do Brasil.

A FENASTC conhece das dificuldades de organização do mundo sindical dos trabalhadores do Setor Público e atua na construção da CONACATE (Confederação de Carreiras Típicas de Estado) e da PÚBLICA – Central do Servidor (a Pública é para dar voz a 11,5 milhões de Servidores e Trabalhadores públicos da União, Estados e Municípios). A organização da Central dos Servidores Públicos repercutirá na defesa do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Aprovamos neste XXXI Congresso a filiação à ULATOC e UITOC – União Latino-Americana e União Internacional dos Trabalhadores em Controle. Um País com as dimensões e importância internacional do Brasil precisa estar presente nos debates dos trabalhadores de muitas vozes.

Algumas palavras finais, da FENASTC, para nossa juventude. Viver é ter esperança. É defender e reconstruir o meio ambiente para garantir a continuidade da vida no planeta. Acreditar e construir um ambiente de PAZ que permita a realização das potencialidades humanas. Não à guerra e ao terror!

NÃO À PEC 32/2020!

XXXI Congresso, Porto Alegre/RS, dezembro de 2023.

